



CONSÓRCIO EM ESPORTE E LAZER: DESAFIOS ESTRATÉGICOS NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Augusto Cesar Rios Leiro¹

Ábia Lima de França²

Tauan Maia de Souza³

RESUMO

O estudo apresenta uma síntese da primeira etapa da pesquisa matricial “Território de Identidade e Consórcios: Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Bahia”. Elegemos como categorias teóricas principais consórcio, política pública e esporte & lazer. A investigação, de natureza qualitativa, adotou como procedimento metodológico a pesquisa documental. Nomeamos o diagnóstico, a formação e a edificação como etapas estratégicas para a afirmação do consórcio como alternativa orgânica setorial.

PALAVRAS-CHAVE: Consórcio; Política Pública; Esporte & Lazer.

INTRODUÇÃO

Trata-se de um estudo sobre consórcios baianos, no âmbito do esporte e lazer e expressa parte da pesquisa matricial intitulada “Territórios de Identidade e Consórcios: Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Bahia”, em desenvolvimento no grupo de pesquisa Mídia/Memória, Educação e Lazer (MEL/UFBA), em parceria com outros Grupos de Pesquisa, vinculados ao Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer (CDPPEL) da Rede Cedes da Bahia.⁴

A pesquisa matricial adotada leva em consideração os argumentos de Demo (1994, p. 65), quando afirma que se trata de um procedimento pelo qual “a exigência da metodologia que parte do diálogo crítico e criativo com a realidade, não de monólogo da consciência isolada [...]”, no sentido de compreender a rede de articulação proposta, para além de uma realidade analítica.

O presente texto elege como categorias teóricas principais consórcio, política pública e esporte & lazer. O estudo em foco é de natureza qualitativa e adota como procedimento metodológico uma pesquisa documental. Em consonância com Gil, a

1 Doutor em Educação (UFBA), Docente da UFBA e UNEB. cesarleirocbce@gmail.com

2 Mestranda em Educação (UFBA), abialimadefranca@hotmail.com

3 Graduando em Educação Física (UFBA), tauanmaia2@hotmail.com

4 Dado o relevo e a abrangência dos desafios do CDPPEL da Bahia, um Estado que, segundo o IBGE, tem uma população estimada, em 2014, de 15.126.371 habitantes, com área de 564.733.081 km densidade demográfica de 24,82 habitantes/km e 417 municípios, um grande esforço institucional faz-se necessário através dos consórcios, que podem contribuir para a formação de gestores e a otimização das políticas públicas de esporte e lazer.

pesquisa documental “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (2002, p. 45).

CATEGORIAS TEÓRICAS DA PESQUISA

Nesta perspectiva, apresentamos os argumentos conceituais que afirmam os consórcios como experiências de política pública. No âmbito do ordenamento legal, importa sublinhar que os consórcios estão previstos no artigo 241 da Constituição Federal Brasileira. É digno de nota que os consórcios públicos já são regulamentados pela Lei n. 11.107/2005 e pela Emenda Constitucional n. 19/1998, que estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão, por meio de lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos. Conforme o Decreto 6.017/07, consórcio público é: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Para efeito deste trabalho, importa considerar o território como um palco de realização do fazer humano e das suas possibilidades de articulação com os consórcios. Consideramos os territórios como espaços dinâmicos que possuem interação com objetos e relações, estabelecendo conexões locais, regionais e globais.

Conceber uma proposta que elege o território como par dialético da categoria central consórcio implica em reconhecê-lo, para além da cotidianidade cidadina. Conforme argumenta nosso projeto matricial de pesquisa, o território é um conceito de grande representatividade na geografia, sendo transversal e polissêmico e se atualizando historicamente para melhor compreendermos a realidade, complexa e dinâmica, em que estamos inseridos. Mas, além de descrever e caracterizar o território, “o mais importante é que a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento ao definir e dar suporte ao caráter das forças motoras que possibilitam avançar na conquista do bem-estar” (ECHEVERRI, 2009, p. 26).

O estudo de Brandão (2012) dá subsídio para reforçar as discussões de território e as potencialidades de uma política pública nacional de desenvolvimento. Este estudioso argumenta que, para apreender a dimensão territorial do processo de desenvolvimento, é necessário entender a natureza e as disputas de blocos de poder numa sociedade capitalista. Para tanto, importa atualizar o debate sobre a organização do Estado e travar, com competência técnica, criatividade cultural e leitura política da conjuntura, a batalha cidadã contra privilégios das elites econômicas e a favor do alargamento dos direitos sociais.

Brandão ainda afirma que “as políticas públicas devem ser universalizadas de cidadania e regionalizadas em suas ações, para apreenderem as heterogeneidades nacionais, independentemente de serem industriais, agrícolas, de emprego etc.” (2012, p. 205-206). Ainda nesse campo referente às políticas públicas, são pertinentes os argumentos de Bonetti, quando afirma que:

[...] é possível compreender como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. (2007, p. 74)

Nessa perspectiva, a política pública específica de esporte e lazer atravessa as demais políticas sociais e tem alargado seu campo temático, como assinala Starepravo (2013, p. 13), pois se observa “um crescimento nos estudos na área de políticas públicas no Brasil, com a multiplicação de teses e dissertações, linha de pesquisa, disciplinas de políticas públicas, linhas especiais de financiamento [...]”.

Por fim, faz-se necessário reafirmar o esporte & lazer como um fenômeno cultural de potente alcance popular e como direito de todos e de cada um. Desse modo, importa refletir sobre o esporte e o lazer como categorias teóricas, dando-lhes significado mais amplo e buscando a sua permanente articulação com as políticas públicas.

O ordenamento legal (BRASIL, 1988) reconhece o esporte e o lazer como dever constitucional do Estado e vem se materializando em iniciativas de governos, associações científicas e diferentes comunidades intergeracionais. Assim, concebemos, no estudo em curso, território e consórcio como um binômio capaz, também, de qualificar as experiências de crianças, juventudes, adultos e idosos interessados nas práticas corporais, nas atividades esportivas e de lazer. Tal busca deve considerar os princípios da inclusão, da diversidade e sobretudo da formação, envolvendo a tríade: cidadão, pesquisador e gestor.

A comunicação, portanto, discute consórcio/território como etapa fundante do desafio estratégico de organizar os municípios de cada território de identidade da Bahia, no âmbito do esporte e do lazer, e edificar desafios estratégicos implicados à reafirmação das políticas públicas como dever de Estado e direito da cidadania.

DESAFIOS ESTRATÉGICO EM CURSO

Após a reflexão sobre consórcio e território, consideramos, ao final da primeira etapa da pesquisa, três desafios estratégicos para a afirmação do consórcio como alternativa orgânica setorial, capaz de otimizar as ações municipais, com planejamento, ação e avaliação conjunta. Nesse sentido, a pesquisa matricial em foco discute políticas públicas de esporte e lazer, tomando os 27 Territórios de Identidade da Bahia como lócus de intervenção.

A pesquisa prevê visitas a todos os Territórios de Identidade, com a finalidade de conhecer a realidade; levantar informações sobre a legislação vigente que trata das políticas públicas de esporte e lazer; identificar programas e ações setoriais; registrar fotograficamente os espaços públicos de esporte e lazer dos municípios visitados, e instituir ou fortalecer os consórcios territoriais.

Assim, o primeiro desafio estratégico, aqui nominado **diagnóstico**, buscou levantar informações em duas frentes: a primeira junto aos governos eletrônicos⁵

5 Maiores informações em: Leiro e Oliveira (2015), Governo eletrônico e política de esporte: Mercosul

de cada município e, a segunda, em visita técnica presencial dos pesquisadores do CDPPEL da REDE CEDES da Bahia, para complementar as informações de cada cidade.

O segundo desafio estratégico, intitulado **formação**, contou com duas etapas. Inicialmente, o diálogo e a troca de experiências e o Curso de Formação, com os gestores municipais, sobre políticas públicas e ordenamento legal em esporte e lazer. A segunda etapa correspondeu à indicação de leituras temáticas, em periódicos científicos específicos, livros e páginas eletrônicas vinculados aos temas da gestão e das políticas públicas de esporte e lazer.

Por fim, o terceiro desafio estratégico diz respeito à **edificação** setorial do consórcio, que poderá se constituir de modo exclusivo em esporte e lazer, ou como parte de consórcios territoriais já consolidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a primeira etapa da pesquisa matricial, já é possível afirmar que a receptividade nos municípios/territórios visitados demonstra a crescente relevância social das políticas públicas de esporte e lazer, para as administrações municipais, independente da coloração partidária. Outra evidência é o interesse dos governos municipais em se apropriar de informações técnicas sobre políticas de esporte e lazer e em desenvolver ações formativas, junto às universidades, com vistas à qualificação dos gestores desta política setorial. Por fim, o reconhecimento de que as diferenças políticas e as características cidadinas não constituem impedimento para o diálogo e o estabelecimento dos consórcios, em cada Território de Identidade, para afirmar o direito de todos e de cada um ao esporte e ao lazer.

Tais etapas estão em curso e envolvem, com entusiasmo, os professores e os estudantes pesquisadores, da pós-graduação e da graduação. A segunda etapa da pesquisa redesenha caminhos e descortina novos horizontes. Para tanto, dialogar com a comunidade acadêmica, é condição *sine qua non* para avançarmos, em tempos de (in)certezas.

CONSORCIO EN DEPORTE Y OCIO: RETOS ESTRATEGICOS EN LA IDENTIDAD DE BAHÍA TERRITORIOS

RESUMEN: El estudio proporciona una visión general de la primera etapa de la búsqueda de la matriz "Territorio de Identidad y consorcios: Políticas Públicas Artículos Deportivos en Bahía." Elegido como principal consorcio categorías teóricas, políticas públicas y el deporte y el ocio. La investigación cualitativa, adoptado como un enfoque metodológico para la investigación documental. Llamado diagnóstico, formación y creación de pasos estratégicos como a la declaración del consorcio como alternativa orgánica industria.

PALABRAS CLAVE: Consorcio; Políticas Públicas; Deportes y recreación.

CONSORTIUM IN SPORT AND LEISURE: STRATEGIC CHALLENGES IN THE IDENTITY OF BAY TERRITORIES

ABSTRACT: *The study presents a synthesis of the first stage of the matrix research "Territory of Identity and Consortia: Public Policies of Sport and Leisure in Bahia". We chose as main theoretical*

na telinha.

categories consortium, public policy and sport & leisure. The research, of a qualitative nature, adopted documentary research as a methodological procedure. We name the diagnosis, training and building as strategic steps for the assertion of the consortium as an organic sectoral alternative.

KEYWORDS: Consortium; Public policy; Sports & Leisure.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e global. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro.** 2. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

BRASIL, **Constituição.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ECHEVERRI, Rafael. **Identidade e território no Brasil.** Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEIRO, Augusto C. R.; OLIVEIRA, Larissa G. Governo eletrônico e política de esporte: Mercosul na telinha. In: SANTOS, Edmilson Santos dos; LEIRO, Augusto Cesar Rios. (Org./ Orgs.). **Políticas públicas de esporte e lazer.** Petrolina: UNIVASF, 2015. p. 1-216.

SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira. Impacto dos projetos, sob o olhar dos pesquisadores. In: SCHWARTZ, Gisele Maria et al. (Orgs.). **Gestão de informações sobre esporte recreativo e lazer:** balanço da rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010. p. 1-149.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Esporte, política e ciência:** a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Curitiba: CRV, 2013.